

# Sumário

<b>Apresentação.....</b>	<b>1</b>
<b>Prefácio.....</b>	<b>3</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>7</b>
<b>1 Cartéis em contratações públicas: fundamentos.....</b>	<b>15</b>
1.1. Prejuízos causados pelos cartéis em contratações públicas .....	16
1.2. Identificação do instituto jurídico: conceito e características.....	22
1.2.1. Cartéis em licitações públicas .....	23
1.2.2. Cartéis em contratações públicas diretas.....	36
1.3. Tratamento conferido aos cartéis em contratações públicas na legislação brasileira: estudo comparativo .....	37
1.3.1. Legislação de licitações e contratos administrativos .....	40
1.3.1.1. Primeira fase .....	41
1.3.1.2. Segunda fase .....	44
1.3.1.3. Terceira fase .....	50
1.3.1.4. Quarta fase.....	57
1.3.2. Legislação administrativa geral.....	63
1.3.2.1. Lei 4.717/1965 (ação popular) .....	63
1.3.2.2. Lei 7.347/1985 (ação civil pública) .....	64
1.3.2.3. Lei 8.429/1992 (improbidade administrativa) .....	66

1.3.2.4. Lei 8.443/1992 (Tribunal de Contas da União) .....	70
1.3.2.5. Lei 12.846/2013 (“lei anticorrupção” ou “lei da empresa limpa”) .....	72
1.3.3. Legislação concorrencial.....	75
1.3.4. Legislação criminal .....	83
1.3.5. Conclusão comparativa.....	89
<b>2 Cartéis em contratações públicas: atuação.....</b>	<b>93</b>
2.1. Condições que favorecem a prática de cartéis nas contratações públicas.....	94
2.1.1. Estrutura e dinâmica do mercado .....	95
2.1.2. Barreiras à entrada. As condições de participação e os requisitos de habilitação nas licitações públicas .....	99
2.1.3. Homogeneidade dos produtos ou serviços .....	104
2.1.4. Modelagem e rigidez das licitações.....	107
2.1.5. Licitações pelo procedimento clássico (sem inversão de fases) .....	111
2.1.6. Contratações recorrentes .....	114
2.1.7. Participação de consórcios e possibilidade de subcontratação .....	116
2.1.8. Publicidade das contratações públicas .....	119
2.1.9. Contatos frequentes entre concorrentes.....	126
2.1.9.1. Modalidades licitatórias presenciais.....	127
2.1.9.2. Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI) e de pré-qualificação .....	131
2.1.9.3. Participação de sindicatos e associação de classe na organização dos cartéis.....	133

2.2. Tipologia das principais práticas colusivas nas contratações públicas .....	136
2.2.1. Fixação de preços.....	138
2.2.2. Propostas fictícias ou de cobertura (“ <i>cover bidding</i> ” ou “ <i>complementary bidding</i> ”) .....	148
2.2.3. Supressão de propostas (“ <i>bid suppression</i> ”) .....	154
2.2.4. Propostas rotativas ou rodízio (“ <i>bid rotation</i> ”) .....	161
2.2.5. Divisão do mercado (“ <i>market allocation</i> ” ou “ <i>market division</i> ”) .....	163
2.2.6. Práticas correlatas aos cartéis em contratações públicas .....	166
2.2.6.1. Consórcios e subcontratações entre concorrentes .....	166
2.2.6.2. Criação (fraudulenta) de pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo .....	168
2.3. Indícios que apontam para a existência de cartéis em contratações públicas .....	174
<b>3 Cartéis em contratações públicas:</b>	
<b>sancionamento administrativo .....</b>	<b>181</b>
3.1. Tipologia das sanções administrativas aplicáveis aos cartelistas que atuam nas contratações públicas .....	183
3.1.1. Sanções pecuniárias .....	185
3.1.2. Sanções impeditivas (ou suspensivas) de direitos.....	189
3.1.2.1. Suspensão temporária, impedimento ou proibição de licitar e contratar .....	190

3.1.2.2. Declaração de inidoneidade.....	199
3.1.2.3. Vedaçāo a benefícios fiscais e creditícios .....	207
3.1.2.4. Proibiçāo de exercer o comércio em nome próprio ou como representante de pessoa jurídica .....	210
3.1.3. Sanções impositivas de deveres.....	211
3.1.3.1. Publicação de decisão condenatória .....	211
3.1.4. Outras sanções administrativas.....	213
3.1.5. Conclusões comparativas .....	216
3.2. Peculiaridades dos processos administrativos sancionadores: a dificuldade de produção de prova contra cartéis em contratações públicas.....	224
3.2.1. Contramedidas que podem facilitar a produção de provas contra cartéis em contratações públicas .....	230
3.2.1.1. Modificação da política legislativa interna e nacional .....	231
3.2.1.2. Capacitação de servidores.....	233
3.2.1.3. Declaração de Elaboração Independente de Proposta.....	234
3.2.1.4. Fortalecimento de mecanismos de controle interno e externo e auditorias .....	238
3.2.1.5. Ampliação e divulgação de canais de denúncias .....	240
3.3. Soluções consensuais: acordos no processo sancionador como forma alternativa de desmantelamento de cartéis em contratações públicas .....	246
3.3.1. Acordos de leniência.....	248

3.3.2. Compromissos de cessação de prática .....	252
3.3.3. Termos de ajustamento de conduta .....	256
<b>Conclusão.....</b>	<b>261</b>
<b>Referências .....</b>	<b>269</b>
Documentos institucionais.....	281
Casos .....	284
Notícias .....	289